

CURSO DE VIDA DAS MIGRAÇÕES: Novas Perspectivas Teóricas e Metodológicas

Autora: Valquiria Almeida*

*Doutoranda em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista CNPq.

RESUMO

Este artigo investiga o avanço teórico e metodológico da abordagem do "curso de vida das migrações" de Wingens et al. (2011), visando entender as migrações como processos dinâmicos influenciados por estruturas sociais, institucionais e biográficas. Destaca a importância de considerar movimentos ao longo da vida e outros fatores de mobilidade, como processos econômicos e mudanças culturais. Enfatiza a necessidade de uma abordagem dinâmica que considere interações entre níveis macro e micro. Metodologicamente, salienta o uso de métodos biográficos e apresenta o modelo do Cubo do Curso de Vida como uma ferramenta útil para entender a complexidade da mobilidade populacional.

Palavras-chave: Migração. Curso de Vida. Mobilidade populacional. Dinâmica temporal.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas quatro décadas, a perspectiva do curso de vida tornou-se uma abordagem importante e a orientação teórica preeminente no campo de estudos das ciências sociais (Elder et al., 2003). A perspectiva do curso de vida tem sido aplicada com sucesso à pesquisa empírica em uma ampla gama de estudos sociológicos e demográficos, trazendo avanços, especialmente, nas investigações que tratam da inter-relação dinâmica entre estrutura e agência.

Em consonância ao desenvolvimento da abordagem do curso de vida, a mobilidade populacional é objeto de um número crescente de estudos no mesmo período. Apesar desse desenvolvimento semelhante no tempo, as trocas entre a abordagem do curso de vida e a pesquisa sobre migração ainda são bastante limitadas. É interessante perceber que o estudo clássico de Thomas e Znaniecki “*The Polish Peasant in Europe and America*”¹ (1918-1920) se tornou um clássico da pesquisa sobre migração, bem como da literatura do curso de vida, sem, no entanto, ter projetado uma ascensão do diálogo entre as abordagens.

De modo geral, o foco principal da maioria dos estudos recentes sobre mobilidade populacional tem sido a situação dos migrantes frente aos estudos e ao mercado de trabalho, bem como em questões de identidade e pertencimento (Wingens et al., 2011). Majoritariamente, visam explicar a situação específica dos migrantes após o movimento de migração. Em Demografia, estudos analisaram transições específicas correlacionadas à migração, como o momento do primeiro filho ou do casamento (Coleman, 1994; Bailey & Mulder, 2017), além de possíveis relações entre ser migrante e outras variáveis demográficas, como idade e sexo. No estudo dos movimentos migratórios internacionais, muitas vezes são tomadas explicações econômicas das decisões de migrar. Apenas recentemente, maior ênfase foi colocada nas “vidas conectadas”² e no papel da família e outras redes para facilitar ou dificultar o movimento de migração (Castles & Miller, 2009).

Argumenta-se aqui acerca da importância de aproximar ainda mais os estudos sobre migração e a abordagem sociológica do curso de vida, pois as decisões econômicas (ou não) dos migrantes não ocorrem num vácuo social. Os efeitos cumulativos resultantes das ações desses sujeitos – seja antes ou depois da migração – estão embutidos em estruturas sociais e enquadrados por instituições diversas que demandam um tipo de abordagem de pesquisa abrangente e dinâmica, assim como a perspectiva sociológica do curso de vida sugere.

Considera-se profícua a definição de uma abordagem sociológica do curso de vida da migração proposta por Wingens et al. (2011, p. 2-3, tradução nossa), a qual “concentra-se na interação dinâmica da estruturação social e no enquadramento institucional dos cursos de vida dos migrantes e de padrões de domínio biográfico das transições e coordenação das esferas de vida dos migrantes.” Nessa linha, o objetivo deste artigo é realizar uma revisão crítica dos avanços teóricos e metodológicos no estudo do curso de vida das migrações. O artigo visa investigar como a literatura tem avançado, teórica e metodologicamente, no sentido de uma abordagem sociológica do curso de vida das migrações. Ao fazer isso, pretende-se contribuir para uma compreensão mais aprofundada das migrações como processos dinâmicos e complexos que são influenciados por uma interação entre estruturas sociais, institucionais e biográficas.

¹ O estudo descreve a vida dos imigrantes poloneses em Chicago. Concentra-se principalmente na vida de trabalhadores industriais e camponeses, baseando seu diagnóstico na análise de cerca de 10.000 cartas pessoais e em algumas autobiografias que refletem a relação entre migrantes do sexo masculino e seus familiares deixados na Polônia. Thomas e Znaniecki são reconhecidos por sua abordagem inovadora na interpretação reconstrutiva da subjetividade nos processos sociais, trazendo as perspectivas dos atores, suas biografias, trajetórias e experiências pessoais, especialmente no tocante à assimilação.

² *Linked lives*.

Para tanto, descreve-se inicialmente a abordagem do curso de vida, seus fundamentos teóricos e conceitos básicos, por meio das contribuições de seus principais proponentes e colaboradores. Parte-se assim para a revisão de estudos acerca do curso de vida das migrações. São discutidas pesquisas que focalizam a mobilidade populacional e seus fatores associados em meio ao curso de vida e suas tendências emergentes para, com isso, aprofundar em conexões potenciais entre ambas as tradições de pesquisa sem, contudo, exaurir a literatura. O objetivo é identificar as formas pelas quais a abordagem sociológica do curso de vida se interliga ao campo de estudos em migração e como essa abordagem pode fazer avançar ainda mais as pesquisas em mobilidade. Por fim, discute-se os principais desafios e avanços metodológicos no relacionamento entre esses campos.

2. A ABORDAGEM SOCIOLOGICA DO CURSO DE VIDA

Nos últimos anos, os estudos populacionais têm cada vez mais adotado uma perspectiva de curso de vida ao ir além das descrições e medições em nível macro, em direção à uma teorização dos mecanismos subjacentes aos padrões demográficos comportamentais. Segundo Hogan e Goldscheider (2003, p. 690), essa mudança de paradigma “revolucionou a demografia [...] ao desviar a atenção dos comportamentos das populações agregadas para a consideração do comportamento demográfico dos indivíduos.”

Wingens et al. (2011, p. 4, tradução e destaque nosso) ressaltam que,

Na demografia, o curso de vida foi inicialmente concebido principalmente em termos de classificação etária e ciclo de vida, enquanto a última abordagem [a sociológica] concebe o curso de vida em termos de sequências de configurações de status relacionadas à idade que se referem às participações dos indivíduos em campos sociais como educação, mercado de trabalho e família. Como essas sequências estão inseridas nas estruturas sociais, a abordagem sociológica do curso de vida concentra-se mais na complexa interação entre os atores biográficos e os arranjos institucionais pelos quais as sociedades estruturam os cursos de vida.

Compreendeu-se, dessa forma, que os fenômenos demográficos são amplamente definidos por ações e comportamentos individuais e por suas consequências em nível agregado para um determinado intervalo de tempo e em uma determinada população. Portanto, para explicar as mudanças demográficas, é necessário compreender as mudanças nos cursos de vida individuais. Concomitantemente, os cursos de vida individuais ocorrem e são afetados por contextos demográficos específicos e por transformações nesses contextos, de modo que a análise dos fenômenos demográficos é necessária para melhor compreender os cursos de vida individuais. Assim, as pesquisas em demografia, assim como de curso de vida devem “considerar as interdependências relacionadas ao tempo entre eventos passados, presentes e futuros (antecipados) em diferentes domínios da vida, como educação, trabalho e família.” (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2020, p. 7, tradução nossa).

Entende-se, atualmente, o curso de vida como um *framework* interdisciplinar com desenvolvimento na sociologia, mas que busca informações de diversas áreas, como antropologia, demografia, história e biologia. A abordagem, portanto, concebe o curso de vida como sequências sociais estruturalmente incorporadas de configurações de status relacionadas à idade que se referem às participações sociais de um indivíduo. Isto é, o conceito de curso de vida se refere à sequência socialmente definida de eventos e papéis etários que os indivíduos interpretam mediante determinado contexto.

Metodologicamente, essa abordagem demanda dados longitudinais de nível individual e microanálises dinâmicas incorporadas em modelos multiníveis de processos sociais. Elder (1994) afirma que essa abordagem também pode incluir métodos quantitativos e qualitativos, contudo, devido ao foco na interação entre agência e estrutura ao longo do tempo, a perspectiva do curso de vida requer uma metodologia que compreenda sua forma objetiva (externa) e a formação dos cursos de vida, bem como seu significado e dimensão biográficos subjetivos (internos).

Em nível teórico, é evidente que essa abordagem leva em conta o significado biográfico dos eventos da vida e da identidade pessoal e não nega que cada curso de vida pode ser único. O objetivo da pesquisa sociológica de curso de vida, todavia, é investigar e compreender as regularidades sistemáticas em eventos de significado único (Hutchison, 2005). Isso porque

[...] os padrões de curso de vida surgem das inter-relações complexas de forças estruturantes da sociedade e planos e ações biográficos no curso histórico do tempo. Relacionar os cursos de vida dos indivíduos em seu tempo, ritmo e sequência de eventos de vida (nível micro) com a dinâmica das estruturas e instituições sociais (nível macro/meso) é uma ideia central da abordagem sociológica do curso de vida. As mudanças nas estruturas e condições sociais afetam, por meio de regulamentações institucionais, padrões de curso de vida e planos biográficos e – por sua vez – mudanças nos cursos de vida afetam a situação econômica, política, social e cultural e o regime institucional de uma sociedade (Wingens et al., 2011, p. 6, tradução nossa).

Dessa forma, a interação entre agência e estrutura, ao longo do tempo, é central nessa abordagem.

Devido ao papel conceitual crucial de estruturas e instituições para esta abordagem, a pesquisa sociológica do curso de vida produziu muitos estudos comparativos para delinear variações transnacionais nos padrões de curso de vida e analisar os respectivos impactos do crescimento histórico das sociedades, ou seja, contextos estruturais específicos de cada país e regimes institucionais sobre cursos de vida (Hutchison, 2005).

Nota-se com isso que a abordagem do curso de vida parece particularmente adequada para a pesquisa sobre migração, pois esta também depende da análise da interação agência-estrutura e, não apenas uma, mas entre origem e destino, e as diferenças estruturais e institucionais em ambos os contextos. A questão da agência é particularmente intrigante nos estudos em mobilidade, pois ela pode ser alterada ao longo do processo de migração e envolve uma série de outros fatores que impactam na capacidade de agência dos sujeitos ao longo da vida, em diferentes conjunturas.

Ademais, destaca-se a característica dinâmica da abordagem sociológica do curso de vida. A interação entre estrutura e agência é analisada não apenas em relação às interdependências de diferentes domínios da vida, mas também levando em conta a dimensão do tempo, ou seja, em relação às interdependências de diferentes dinâmicas temporais (Wingens et al., 2011). Essa questão pode trazer *insights* riquíssimos à pesquisa em migração, uma vez que os migrantes transitam entre diferentes contextos institucionais e têm seus comportamentos e perspectivas readequados à sociedade receptora. Por meio de uma abordagem dinâmica de análise, é possível uma melhor compreensão das maneiras pelas quais a migração afeta os cursos de vida individuais, bem como dos descendentes de migrantes. Segundo Kagitcibasi (2005), o movimento de migração em si é potencialmente disruptivo, após o qual, é difícil vincular as diferentes dimensões de tempo no curso de vida de uma pessoa (passado, presente, futuro).

Segundo Ross Macmillan e Ronda Copter (2005), conceitualmente, a pesquisa do curso de vida possui oito componentes-chave: papéis, configurações de papéis, trajetórias, transições, percursos (*pathways*), esquema, vidas vinculadas (*linked lives*) e contexto. Ainda segundo os autores, os papéis referem-se às posições que os indivíduos ocupam dentro das instituições

sociais e aos comportamentos cotidianos associados a tais papéis, bem como às expectativas sociais em relação a seu próprio comportamento e ao comportamento dos outros em meio a esse posto. Alguns exemplos de papéis sociais incluem ser mãe, esposa ou estudante. Contudo, uma perspectiva de curso de vida exige a consideração de múltiplos papéis sociais. Assim, o conceito de configurações de papéis é útil empiricamente, pois provém um significado único a cada papel por meio de matrizes específicas de idade desses múltiplos papéis sociais assumidos pelos indivíduos ao longo da vida (Macmillan & Copter, 2005).

O caráter dinâmico da abordagem do curso de vida é embutido por meio dos conceitos inter-relacionados de trajetórias e transições de papéis (Elder, 1985). As trajetórias dizem respeito a continuidade temporal de papéis ou experiências que variam em duração, enquanto as transições são, geralmente, de curta duração e indicam uma mudança de estado. As transições ocorrem em meio as trajetórias:

As pessoas passam de um papel para outro, iniciam ou cessam um curso de atividade, ou experimentam um estado particular ou deixam de fazê-lo. As transições estão inseridas nas trajetórias de papéis que lhes dão forma e significado discretos. O significado de uma transição particular reflete sua história de papel e seu lugar no curso de vida em desenvolvimento. Questões de tempo, duração e cessação e a ordem, sequência e ocorrência de diferentes papéis ao longo da vida são teoricamente centrais. O curso de vida, no entanto, não é definido por transições e trajetórias em si. Em vez disso, é caracterizada pelo entrelaçamento de múltiplas trajetórias de papéis (Macmillan & Copter, 2005, p. 859-860, tradução nossa).

O curso de vida é, portanto,

[...] um desdobramento dinâmico e interconectado de trajetórias e transições ao longo do tempo. Essas interconexões identificam caminhos ao longo do curso de vida e agregam para indicar estruturas gerais do curso de vida (Macmillan & Eliason, 2003b). Os cursos de vida são estruturados na medida em que são diferencialmente definidos pela ordem e tempo de múltiplos papéis sociais (comportamentos e afetos) em conjunto (Macmillan & Copter, 2005, p. 859, tradução nossa).

A noção de percursos ou “*pathways*” liga os conceitos de configurações de papéis às transições e trajetórias, pois os percursos “refletem padrões na ordem e no tempo de múltiplos papéis sociais interconectados ao longo do tempo; eles identificam rotas particulares de entrada e saída das instituições sociais (Macmillan & Copter, 2005, p. 861, tradução nossa). Já o conceito de esquemas diz respeito a modelos culturais específicos que fornecem normas, regras e panos de fundo para os papéis, suas configurações e seus percursos.

A noção de vidas interligadas ou “*linked lives*” insere a importância das relações sociais na análise. Isto é, traz a perspectiva da interdependência das redes e das relações de amizade e parentesco e seus impactos ao longo do curso de vida. Os contextos, por sua via, refletem o aspecto histórico conjuntural e suas implicações. Evidentemente, os contextos se alteram ao longo da vida e possuem inter-relação com os demais componentes-chave da abordagem do curso de vida (Macmillan & Copter, 2005).

Segundo Elder (1985), uma pré-condição metódica para analisar as transições do curso de vida é que o pesquisador determine um “estado válido”, evidenciando um status social específico, tendo em vista que mudanças (transições) podem ocorrer. Por exemplo, um indivíduo solteiro pode se casar ou um casado pode se divorciar. Contudo, nota-se que embora uma transição – definida como mudança de estado – seja o resultado de um desenvolvimento anterior, elas são metodicamente tratadas como eventos pontuais. Isso devido à grande falta de dados longitudinais apropriados para tal análise e ao fato de que o conceito de transição pode ser operacionalizado por meio da análise histórica de eventos. Assim, a grande maioria das

pesquisas de curso de vida tende a analisar transições particulares singulares – o que também ocorre de forma majoritária nos estudos sobre migração.

Ressalta-se, todavia, que uma única transição pode produzir um efeito duradouro no curso de vida devido a probabilidades estruturalmente programadas de continuidades particulares e padrões de percurso. Contudo, se as transições estão sempre inseridas em trajetórias, as quais lhes conferem forma e significado distintos, sendo que as trajetórias se referem a fases mais longas do curso de vida (Elder, 1985), nota-se que há certa prioridade conceitual às trajetórias sobre as transições, de modo que é uma pré-condição essencial para uma trajetória dar às transições uma forma e um significado distinto. No entanto, não existe

[...] nenhum argumento teórico elaborado mostrando como as formas e significados distintos de diferentes trajetórias parecem e são constituídos. Uma estratégia poderia ser supor um tipo de evento-gatilho formativo imprimindo seu significado no processo iniciado – uma estratégia, no entanto, que é altamente problemática, pois implica uma noção determinista de trajetórias, instituições ou domínios da vida interligando eventos e transições da vida. Dessa forma, trajetórias são estruturalmente estabelecidas como, por exemplo, trajetória escolar, de trabalho, aposentadoria, saúde ou família (Wingens et al., 2011, p.14).

Essa ligação da aplicabilidade do conceito de trajetória com alguma instituição ou campo social torna muitas trajetórias inerciais, programadas por determinadas instituições, com poucas e pequenas variações.

Mesmo com certos direcionamentos gerais, em pesquisas de curso de vida é complicado determinar quando e por que uma mudança na direção de uma trajetória ocorre ou encerra essa trajetória. Uma saída metodológica muito utilizada é a suposição de que há apenas uma trajetória contínua relativa a uma determinada instituição ou domínio de vida relacionado a questão em análise. Wingens et al. (2011), entretanto, apontam que esse tipo de suposição “exigiria uma resposta definitiva para a questão de quais (e quantas) instituições e domínios da vida, e assim: trajetórias, existem.” O que não seria adequado. A saída, portanto, é a definição por parte do pesquisador sobre quais (e quantas) trajetórias são relevantes para a questão em estudo. Importa, nesse caso, a consideração do conceito analítico de “*turning points*”.

Turning points envolvem uma mudança substancial na direção da vida de uma pessoa, seja de forma subjetiva ou objetiva. Em uma perspectiva subjetiva, os *turning points* “tornam-se um meio de conectar continuidades e descontinuidades de uma maneira que faz sentido para o indivíduo” (Clausen, 1995, p. 370), estando assim, vinculados às memórias e interpretações biográficas de um indivíduo. Geralmente, os *turning points* mais considerados são eventos padrão do curso de vida de grande importância, como maternidade, desemprego, mudança de residência etc. De uma perspectiva objetiva, portanto, os *turning points* podem se confundir com o conceito geral de transição. Elder (1985) esclarece essa adversidade afirmando que uma perspectiva analítica dos *turning points* não considera apenas uma mudança na direção geral de uma trajetória, mas sim um redirecionamento do percurso. Por conseguinte, um *turning point* só pode ser identificado de maneira retrospectiva (Wingens et al., 2011)

Observa-se, em síntese, que a abordagem do curso de vida é bastante complexa, mas uma ferramenta de pesquisa poderosa que fornece um quadro conceitual adequado e frutífero para analisar as relações entre estruturas sociais, regulamentações institucionais e trajetórias de vida individuais. Acredita-se que essa abordagem tem um potencial analítico que o campo de estudos sobre migração pode explorar de forma mais proveitosa.

Argumenta-se aqui que as análises sobre migração e a abordagem do curso de vida estão intimamente ligadas: o caráter dinâmico do curso de vida é necessário para entender e explicar o comportamento dos migrantes – sendo incorporados em estruturas sociais e institucionalmente delimitados – e seus efeitos. A migração em si é um processo do curso de vida, podendo ser analisada como um *turning point* (Jasso, 2003) ou como trajetória, a depender

do contexto e da configuração de papéis. Deste modo, acredita-se que, uma vez que ambas as linhas de pesquisa estão inerentemente interligadas conceitualmente, a abordagem do curso de vida pode esclarecer muitos dos pontos obscuros das pesquisas em mobilidade, assim como o campo de estudos em migrações pode contribuir para o avanço dos fundamentos teóricos da abordagem do curso de vida. A seção seguinte resume alguns avanços teóricos no estudo do curso de vida das migrações. O objetivo é identificar o que a literatura já identificou conceitualmente frente a esse diálogo analítico.

3. O PROCESSO DE MIGRAÇÃO EM MEIO AO CURSO DE VIDA: Avanços teóricos

A migração, compreendida como a mudança de residência habitual de uma unidade administrativa para outra (ONU, 1972), implica não apenas a mudança física de localização, mas também a alteração do ambiente de interação social e das atividades relacionadas à área de residência (Bilsborrow, 2016). Embora alguns movimentos migratórios envolvam deslocamentos mínimos, nos concentraremos na definição de migração entre áreas administrativas (Siegel & Swanson, 2004). Tais movimentos migratórios também podem ser de diversos tipos e partirem de muitas motivações. Faz-se relevante diferenciar aqui a migração internacional, como aquela que implica a mudança de residência de um país para outro; e a migração interna, que ocorre dentro das fronteiras político-administrativas de um país.

Os fluxos migratórios ocorrem desde a Idade Antiga por diversos fatores, como conquistas, êxodos, adaptação etc. Todos os anos e em todas as idades, os humanos se movem. Importa, contudo, em que momentos históricos ocorrem tais movimentos e a idade do migrante, pois o processo de migração carrega as marcas desses quesitos temporais (Jasso, 2003). A mobilidade geográfica, de modo geral, afeta o futuro dos indivíduos e, muitas vezes, também afeta o passado, já que

[..] a visão da imigração pode moldar uma ampla variedade de decisões e comportamentos, desde a decisão de um estudante do ensino médio de aprender outro idioma até a decisão de um jovem casado de namorar estrangeiros até a decisão dos pais de investir fortemente em uma criança em particular que um dia pode ser a primeira pioneira no novo país (Jasso, 2003, p. 331).

Isto é, todos os processos associados à migração estão enraizados no tempo (Jasso, 2003).

A atenção ao momento histórico dos eventos da vida tem implicações óbvias para a pesquisa sobre migração. Especialmente, porque moldam as políticas de migração e a percepção das sociedades em relação ao tema e isso determina os movimentos e todos os fatores associados a eles na origem e no destino. Para além disso, os percursos de vida e as mobilidades individuais são fortemente influenciados pelo contexto histórico e local específico em que se desenrolam. Como a migração, o curso da vida é inerentemente geograficamente e historicamente embutido no tempo e no lugar (Findlay et al., 2015).

Ademais, a idade específica em que determinados eventos da vida ocorrem tem um impacto significativo nos cursos de vida individuais. Dada essa relevância, os pesquisadores têm se dedicado a análise de várias formas de tempo (idade, estágio no ciclo de vida familiar, mudanças socioeconômicas) e como as interações entre eles são impactadas por experiências individuais e eventos históricos. Para citar um exemplo conhecido, num contexto característico da segunda transição demográfica há uma quebra da sequência tradicional de mudanças residenciais associadas à entrada na idade adulta, uma crescente diversificação dos padrões de parceria e um aumento da dissolução de casamentos. Todas essas mudanças impulsionam (ou

impedem) as migrações de maneiras complexas ao alterar o *timing* dos acontecimentos (Mccollum, Keenan & Findlay, 2020).

Além disso, não importa apenas o momento da migração em relação às transições do curso de vida, mas também a sequência de acontecimentos, pois uma mudança no sequenciamento afeta fundamentalmente o significado de um movimento migratório específico. Portanto, a sensibilidade ao tempo e lugar é essencial na interpretação dos padrões de migração. Tais estudos podem se beneficiar enormemente da perspectiva dinâmica e de *timing* da abordagem do curso de vida, pois a migração pode ser considerada um evento sincronizado em meio ao curso de vida, no qual a ocorrência de um acarreta outro (Mulder & Wagner, 1993). Ela costuma ser sincrônica com eventos como a formação de novo domicílio, casamento, inserção num novo emprego, saída da educação básica e entrada no ensino superior, contudo é muito difícil definir a ordem temporal dos eventos, e a relação causal entre eles.

Acerca da causalidade entre eventos, importa também o debate sobre agência e estrutura. A abordagem do curso de vida ajuda a reconhecer que os processos de migração não são meramente um resultado de indivíduos seguindo caminhos institucionalmente pré-programados, baseados em um cálculo racional de custo-benefício. Essa abordagem, portanto, possibilita uma análise menos determinista, sem, contudo, desconsiderar os desequilíbrios nas oportunidades e restrições estruturais que existem na sociedade (Mccollum, Keenan & Findlay, 2020).

Assim como concluiu Wingens et al. (2011, p.6), “as estruturas e condições sociais em mudança afetam, por meio de regulamentos institucionais, padrões de curso de vida e planos biográficos, e os cursos de vida em mudança afetam a situação econômica, política, social e cultural e o regime institucional de uma sociedade”. Nessa linha, alguns pesquisadores têm se esforçado para investigar a influência das motivações individuais nos determinantes de migração (Coulter & Scott, 2015; Dommermuth & Klüsener, 2017), ao mesmo tempo em que leva em consideração efeitos contextuais nas migrações subsequentes e trajetórias de vida.

Além da noção de migração como uma decisão individual, alguns pesquisadores também têm avaliado os movimentos como estratégias familiares, comunitárias e/ou grupais, de modo geral (Stark & Bloom, 1985; Taylor, 1999). A abordagem do processo migratório focada no domicílio ou outra unidade de produção e consumo culturalmente definida para além do indivíduo, amplia consideravelmente a perspectiva científica social de análise da migração, pois dá poder de agência a grupos sociais em meio à superação de restrições estruturais (De Haas, 2011). Mais recentemente, Mulder (2018) enfatizou a 'perspectiva dos laços familiares'. Isso ressalta o papel da família fora do lar na tomada de decisões sobre mobilidade.

Sob esse foco também tem se tornado cada vez mais influente a análise dos fluxos migratórios mediante a influência das redes sociais de migração. Segundo Massey et al. (1993), embora os fluxos surjam primeiro de relações econômicas integradas entre Estados ou regiões ou de questões de violência e relações políticas/militares internacionais, eles são sustentados por redes sociais com o passar do tempo.

Root e De Jong indicam várias considerações específicas da família que promovem ou retardam a migração. Isso inclui a pressão da família para migrar, a experiência anterior de migração de membros da família e os recursos da família. De fato, as considerações familiares, incluindo a pressão para migrar, provavelmente refletirão o cálculo da família em relação ao retorno do mercado de trabalho à migração versus a permanência de vários membros da família. A família é apenas o mais imediato, mais circunscrito e sem dúvida o mais intenso de um conjunto de redes que teoricamente poderiam - e empiricamente - influenciar a migração. Além dos membros imediatos da família co-residencial, as redes crescem para abranger parentes mais distantes e depois se expandem para abranger a comunidade mais ampla, o mercado de trabalho e outras redes que condicionam o comportamento do potencial migrante (White & Johnson, 2016, p.72, tradução nossa).

As redes sociais e as comunidades, portanto, podem influenciar a migração de várias maneiras. No âmbito da migração internacional, por exemplo, redes informais e organizacionais fornecem capital social que reduz os custos econômicos e psicológicos da migração (Kôu et al., 2015), podendo ser um determinante significativo do bem-estar dos migrantes após a migração (Ryan, 2007). Essas pesquisas, por conseguinte, esclarecem a relevância da perspectiva de vidas conectadas da abordagem do curso de vida nas análises de mobilidade populacional.

Os exemplos citados ilustram as maneiras pelas quais a perspectiva do curso de vida se cruza com o campo de estudos em migração. Percebe-se que os componentes-chave da abordagem do curso de vida são também aplicados às pesquisas sobre mobilidade, especialmente os quatro temas que Elder (1994) destaca como emblemáticos da perspectiva do curso de vida nas ciências sociais: interação entre vidas e tempo e lugar históricos, *linked lives*, tempo de vida e agência humana. Portanto, não é de se espantar que um dos livros clássicos da abordagem do curso de vida seja também um clássico do campo de estudos da migração (“*The Polish Peasant in Europe and America*” de Thomas e Znaniecki).

Acredita-se que este diálogo não tenha avançado ainda mais devido à falta de dados apropriados para análise, mas também devido à visão de uma despadronização maior dos cursos de vida. Segundo Kulu e Milewshi (2007), estudos recentes têm abordado o impacto das mudanças nas trajetórias de vida dos indivíduos nas últimas décadas, pois estas se tornaram menos convencionais, padronizadas e previsíveis, refletindo uma tendência de individualização crescente na estrutura do curso da vida. Essas mudanças são evidenciadas pelo aumento da variedade de estruturas familiares, níveis educacionais e trajetórias de carreira, bem como pela complexidade crescente nos padrões de mobilidade geográfica. Sobre esse aspecto, alguns estudos observam a relação entre migração e famílias transnacionais (Michielin & Mulder, 2007; Boyle et al., 2003) ou *commuting* (migração pendular), estado civil e formação de família (Clark et al., 2003; Clark, Davies & Withers, 2007), entre migração e pessoas divorciadas (Feijten & Van Ham, 2007), dentre outros aspectos que fornecem evidências acerca da relação entre mobilidade espacial e o aspecto de “vidas vinculadas” no contexto atual.

Existe ainda um extenso corpo de pesquisa acerca das relações entre cursos de vida, mobilidade e fecundidade (Baccaïni & Courgeau, 1996; Lindgren, 2003), sobre as inter-relações entre estado civil, divórcio e migração (Courgeau, 1985, 1989; Speare & Goldscheider 1987; Mulder & Wagner, 1993), sobre migração qualificada (Sabharwal & Varma, 2016; Bailey & Mulder, 2017), sobre diferenciais de gênero e fatores associados em meio a mobilidade (Kofman, 2014; Hondagneu-Sotelo, 2000, 2003), especialmente no tocante à carreira dos migrantes (Bielby & Bielby, 1992; Shauman, 2010), dentre outros aspectos.

Apesar da escassez de dados longitudinais, nota-se que a literatura tem avançado bastante no diálogo entre migração e curso de vida, de modo geral. Sem o objetivo de exaurir tal literatura, o objetivo dessa seção foi apresentar as formas pelas quais a abordagem do curso de vida se interliga ao campo de estudos em migração e, portanto, como tal abordagem pode fazer avançar ainda mais as pesquisas em mobilidade populacional, sendo este um dos temas mais complexos das ciências sociais.

4. AVANÇOS METODOLÓGICOS

Um dos maiores desafios para o avanço dos estudos sobre curso de vida, principalmente em contextos de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, é a escassez de dados longitudinais. Findlay e Li (1997) sugeriram que a utilização de métodos biográficos pode ser uma opção para obter uma compreensão mais profunda dos múltiplos fatores ligados à mobilidade e ao curso de vida.

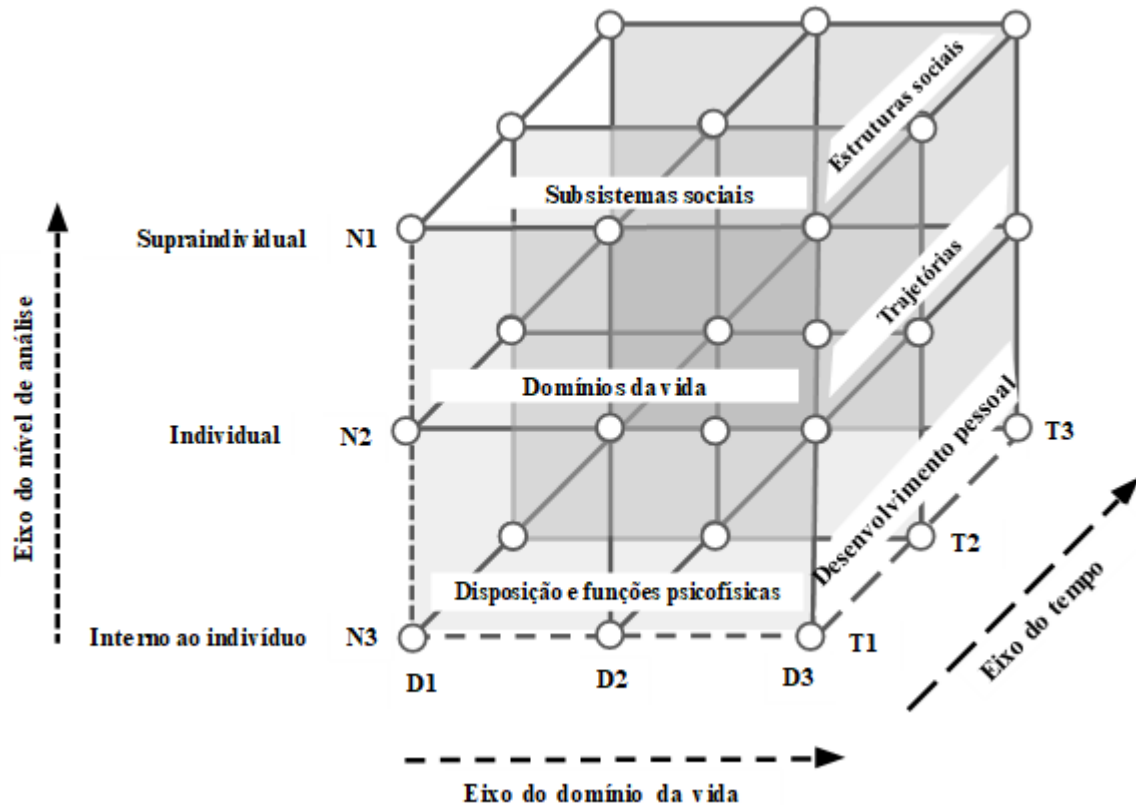
Nesse contexto, a abordagem de histórias de vida tem sido utilizada para coletar informações detalhadas e significativas sobre a experiência de vida de um indivíduo. Ela visa capturar a perspectiva subjetiva do participante, seu contexto social e cultural, bem como as mudanças e os eventos significativos ao longo do tempo. O foco está nas narrativas pessoais e nas histórias individuais, buscando compreender os significados atribuídos pelo participante aos eventos vividos (Plummer, 2001).

A literatura tem demonstrado que uma abordagem qualitativa, utilizando-se da técnica de histórias de vida pode fazer avançar a perspectiva do curso de vida das migrações (Edmonston, 2013; Erlinghagen, 2021). Apesar das limitações em termos de generalização, essa técnica possui grande potencial, já que,

[...] ações e resultados individuais têm um papel fundamental na definição abrangente dos fenômenos demográficos, que ocorrem em uma população específica durante um período determinado. Portanto, a explicação das mudanças demográficas está intrinsecamente ligada à compreensão das transformações nos percursos individuais ao longo da vida. Da mesma forma, os contextos demográficos e suas mudanças desempenham um papel significativo na ocorrência e influência dos cursos de vida individuais. Assim sendo, uma análise abrangente dos cursos de vida requer uma consideração cuidadosa dos fenômenos demográficos. Nessa perspectiva, a pesquisa demográfica e de curso de vida deve abordar as interconexões temporais entre eventos passados, presentes e futuros (previstos) em diversos aspectos da vida, como educação, trabalho e família. (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2020a, p. 7).

Outra questão essencial para a análise do curso de vida das migrações é a escala. Segundo Bernardi, Huinink e Settersten Jr. (2020a), já é bem aceito nas ciências sociais que explicações sólidas sobre causas e consequências das mudanças sociais exigem atenção a fatores em vários níveis de análise, já que os fenômenos macro estão intrinsecamente ligados aos fenômenos de ordem inferior, especialmente de nível individual. Buscando tratar dessa demanda, Bernardi, Huinink e Settersten Jr. (2020a) propuseram o “Cubo do curso de vida” como um modelo esquemático útil para ilustrar todas as interconexões não apenas entre níveis, mas também entre os domínios da vida e o tempo. Esse modelo é ilustrado conforme a Figura 1:

Figura 1. Cubo do curso de vida



Fonte: Adaptado de Bernardi, Huinink & Settersten Jr. (2020a).

Os eixos do cubo, portanto, representam as três dimensões: tempo, os domínios da vida e os níveis em que ocorrem os processos de desenvolvimento do curso de vida e da sociedade. O cruzamento dos eixos do cubo é particularmente importante pois identifica os nós cruciais de interações e atividades que refletem a inter-relação dinâmica de estrutura e agência (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2020a).

No eixo do tempo, as interdependências entre o passado, o presente e o futuro do curso de vida representam a possibilidade de mudança das ações. Isso importa, porque, por exemplo, a dependência do caminho pode afetar as oportunidades atuais e futuras em relação aos planos de vida (ou "sombras do passado"), enquanto a antecipação de resultados futuros pode ter efeitos consideráveis sobre os eventos e as decisões atuais da vida (ou "sombras do futuro") (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2020a).

No eixo do domínio, as interdependências ocorrem em diferentes esferas da vida, como trabalho, família, educação e lazer. Por exemplo, as atividades em diferentes domínios da vida podem competir por recursos como tempo ou dinheiro; ou podem se apoiar mutuamente, como o fato de o emprego fornecer os recursos financeiros necessários para a família e o lazer. As atividades em diferentes domínios da vida também podem se complementar ou substituir umas às outras na busca pelo bem-estar (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2020a).

Por fim, no eixo do nível estão as interdependências entre os processos que operam em diferentes níveis, como aqueles entre o funcionamento fisiológico (nível interno do indivíduo), a ação e o comportamento (nível individual) e os ambientes sociais, econômicos, institucionais e culturais (nível supraindividual) (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2020a). O nível interno ao indivíduo compreende variáveis de estado como atributos genéticos, biológicos, fisiológicos e psicológicos (por exemplo, disposição, valores, atitudes, bem-estar subjetivo). Poderíamos

caracterizá-las como as condições internas do indivíduo, os recursos e, em uma perspectiva dinâmica, os resultados do comportamento individual em diferentes domínios da vida ao longo do curso de vida. Além disso, o nível individual compreende variáveis de estado biográfico que atribuem resultados comportamentais evidentes da ação do indivíduo ao longo do curso de vida, que ocorrem em diferentes domínios da vida. Essas são realizações e características socioestruturais (por exemplo, escolaridade, status social, local de moradia), bem como o tipo e a quantidade de recursos que um indivíduo pode investir (*inputs*) e quaisquer direitos legais especiais ou privilégios sociais que ele tem para agir (por exemplo, cidadania, gênero).

O nível supraindividual inclui atributos dos ambientes socioculturais nos quais o comportamento do indivíduo no domínio de vida ocorre e que, potencialmente, afetam o comportamento individual. Esses ambientes socioculturais se estendem por uma variedade de subníveis, desde o ambiente imediato (formado por redes e relacionamentos pessoais e profissionais, organizações e associações) até instituições sociais maiores (por exemplo, formadas por estruturas jurídicas, culturais e econômicas). Esses ambientes socioculturais também abrangem um *continuum* que vai do informal ao formal, e do particular ao universal. Este nível define a estrutura "externa" de oportunidades sociais para experiências, comportamentos e ações individuais (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2018).

Nesse contexto, é importante compreender o modelo do cubo do curso de vida como um conjunto complexo de interdependências. No nível mais básico, há três interdependências de "primeira ordem" relacionadas a tempo, domínios e níveis. Elas representam os eixos centrais do cubo:

1. A interdependência relacionada ao tempo do curso de vida entre o histórico de um curso de vida (experiências e recursos acumulados refletidos nos estados biográficos antes de x_1), as circunstâncias da vida atual e o curso de vida futuro (impactos de curto e longo prazo dos comportamentos atuais no curso de vida futuro). Na Figura 1, esses aspectos são exibidos no eixo temporal do cubo nos momentos $T_1, T_2, T_3, \dots T_x$.
2. A interdependência entre os domínios da vida, o que significa que as metas, os recursos e os comportamentos dos indivíduos em um domínio (como trabalho, família, educação ou lazer) estão inter-relacionados com as metas, os recursos e os comportamentos em outros domínios. Assim, os subprocessos específicos do domínio da vida estão correlacionados entre si de uma só vez e ao longo do tempo. Na Figura 1, eles são exibidos como o eixo do domínio da vida do cubo entre os domínios $D_1, D_2, D_3, \dots D_x$.
3. A interdependência multinível do curso de vida, que conecta a ação e o comportamento individuais ao longo do curso de vida ("nível de ação do indivíduo") com os cursos de vida de outras pessoas, redes sociais e a estrutura "externa" de oportunidades sociais ("níveis supraindividuais") e as disposições "internas" e o funcionamento psicofisiológico ("níveis internos do indivíduo"). Isso significa que os subprocessos específicos de cada nível estão correlacionados entre si de uma só vez e ao longo do tempo (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2018, p. 9-10, tradução nossa).

Na Figura 1, a terceira interdependência está exibida no eixo de nível do cubo entre os níveis $N_1, N_2, N_3, \dots N_x$).

Entre as interdependências relacionadas ao tempo, destaca-se a relação entre percurso, antecipação e *turning points*. A dependência do "percurso" diz respeito à relevância do passado, não apenas o passado recente, mas também o passado distante, para determinar o presente. Os processos de dependência de trajetória são aqueles em que a probabilidade de uma ocorrência e a direção de uma mudança em uma variável de estado biográfico na idade x_1 , dependem do histórico de vida mais longo, não apenas do estado biográfico na idade x_1-1 . A contingência sequencial implícita nos mecanismos de dependência de trajetória indica que a independência condicional dos estados passados antes de x_1-1 , não se mantém. A distribuição dos estados

biográficos na idade x_{1+1} e os caminhos futuros dependem do histórico biográfico até a idade x_1 , e o universo de possíveis caminhos futuros é restrito devido ao impacto causal da biografia e das decisões anteriores. A estagnação pode ser percebida como uma consequência da dependência do percurso. Os graus de liberdade em relação ao planejamento e à busca de metas no futuro são determinados por experiências e decisões anteriores. Ou seja, a conceituação da dependência do percurso é semelhante à dos modelos de cadeia de risco, desde que se possa presumir que os estados iniciais desencadeiam uma cadeia de efeitos diretos nos estados subsequentes (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2018).

As questões de dependência de percurso estão relacionadas ao que Bernardi, Huinink e Settersten Jr. (2018) chamam de "sombras do passado". Mas as interdependências temporais também estão relacionadas as chamadas "sombras do futuro". Ou seja, o que os indivíduos "preveem" para o futuro afeta suas decisões e ações presentes. Aqui ressalta-se o conceito de antecipação, que significa que a probabilidade de uma ocorrência e a direção de uma mudança em uma variável de estado biográfico na idade x_1 depende da expectativa dos efeitos relacionados ao bem-estar no futuro. Sob a perspectiva do curso de vida e à luz de possíveis dependências de longo prazo, os atores tentam estimar esses efeitos a curto e longo prazo. Isso significa que eles preferem atividades atuais que tragam consequências altamente positivas e agem para que as aspirações individuais atendam às suas expectativas sobre o futuro. A sombra do futuro não afeta apenas as escolhas por causa das interações repetidas esperadas entre os atores, mas também porque afeta a agência subjetiva de alguém.

A interdependência relacionada ao tempo inclui o conceito de *turning points*, tratado anteriormente. Ou seja, um desvio radical ou uma ruptura na trajetória de um indivíduo ou de uma trajetória que era pessoal ou socialmente esperada no futuro. Esse conceito está fortemente ligado aos conceitos de dependência de percurso e antecipação porque representa uma descontinuidade na antecipação e nos processos cumulativos. Os *turning points* não podem ser compreendidos sem referência à história ou ao futuro previsto do curso de vida.

A interdependência dos domínios da vida é criada por meio de vários tipos de interconexões entre as atividades A e B, situadas nos domínios da vida d_A e d_B , que modificam as variáveis de estado biográfico em nível individual ou interno. Isso envolve algum gerenciamento dos recursos e dos resultados dessas atividades. Por exemplo, os indivíduos usam recursos para realizar a atividade A no domínio d_A (como o trabalho) e a atividade B em d_B (como o lazer). As atividades A e B podem competir pelos recursos necessários para realizá-las (como o tempo), e A e B podem ser mais ou menos conciliáveis ou, em outras palavras, podem gerar custos de oportunidade diferentes para cada uma delas. Segundo Bernardi, Huinink e Settersten Jr. (2018), pode-se supor que os atores busquem conjuntos de atividades que se apoiem reciprocamente em todos os domínios ou para as quais um único recurso sirva simultaneamente a vários domínios da vida.

A interdependência entre níveis já é uma preocupação antiga das pesquisas sociológicas. No modelo do cubo do curso de vida, o padrão social das vidas é modelado em termos de forças supraindividuais que exercem sua influência de forma diferenciada sobre os padrões do curso de vida de indivíduos e grupos. Ao mesmo tempo, entende-se que os fenômenos internos do indivíduo, até certo ponto, controlam o curso de vida ao influenciar as ações no nível individual. Portanto, assim como os fenômenos que ocorrem no nível supraindividual são levados em conta pelos indivíduos quando eles agem, os fenômenos que são internos ao indivíduo também regulam a ação de dentro para fora, por exemplo, diferenciando ações por nível de risco que assumem com elas. A interação entre os níveis micro e meso revela como as trajetórias individuais são moldadas pelo apoio, significado compartilhado e influências normativas. A interação entre os níveis micro e macro revela como as trajetórias individuais são moldadas pela composição e dinâmica da população, instituições econômicas e mercados de trabalho, políticas de bem-estar e cultura (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2018).

No nível interno do indivíduo (N1), as mudanças fisiológicas e psicológicas no desenvolvimento podem levar os indivíduos em determinadas idades a buscar, aumentar ou abandonar determinados objetivos (N2). O chamado "desenvolvimento pessoal" no cubo diz respeito a processos adaptativos que não seguem um determinado programa biológico. Ou seja, entende-se que as mudanças adaptativas ao longo da vida podem ser mais abertas e multidirecionais do que o conceito tradicional de desenvolvimento que possui um sentido de crescimento e/ou avanço. Assim, esse conceito considera que os processos internos do indivíduo permitem muita flexibilidade e sensibilidade ao contexto, ressaltando interdependências altamente relevantes entre o desenvolvimento interno do indivíduo e as condições de vida supraindividuais e a estrutura social (*Ibidem*).

Os eixos do cubo do curso de vida são os três tipos de interdependências de primeira ordem ao longo do tempo, dos domínios e dos níveis. Esses próprios eixos são, contudo, também interdependentes. Ou seja, possuem interdependências de segunda e terceira ordem. As interdependências de primeira ordem descritas acima interagem entre si, criando três interdependências de segunda ordem:

1. A conexão entre a interdependência relacionada ao tempo e a estrutura multinível (primeira ordem 1*2)
2. A conexão entre a estrutura multinível e os vários domínios (primeira ordem 1*3)
3. A conexão entre a interdependência relacionada ao tempo e os vários domínios (primeira ordem 2*3) (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2018, p. 20, tradução nossa).

A conexão entre a interdependência relacionada ao tempo e a estrutura multinível insere o tempo em cada um dos níveis. No nível supraindividual, ela revela mudanças nos programas institucionais e nos padrões socioestruturais específicos da idade em que os indivíduos vivem (por exemplo, formas de agrupamento e organização social, arranjos de moradia etc.). Forças como economias e mercados de trabalho influenciam as interdependências relacionadas ao tempo no curso de vida. Por exemplo, os roteiros de vida socialmente esperados (normativos) orientam as trajetórias individuais e podem ser nitidamente diferentes para homens e mulheres. Essas instituições, normas e estruturas sociais em nível supraindividual não apenas especificam cronogramas para eventos e transições do curso de vida, mas também definem horizontes de tempo mais amplos. Isso significa que elas estabelecem expectativas que exigem e permitem uma antecipação adequada de desenvolvimentos futuros e seus padrões relacionados ao tempo e/ou à idade. Embora forcem os indivíduos a seguir determinados caminhos ou restrinjam o movimento, elas também proporcionam aos indivíduos certa previsibilidade do que está por vir (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2018).

A conexão entre a estrutura multinível e os múltiplos domínios refere-se à relação entre campos de produção de bem-estar no curso de vida e a diferenciação funcional de uma sociedade. Uma questão importante a ser abordada é como os subsistemas de bem-estar das modernas sociedades funcionalmente diferenciadas (nível supraindividual) correspondem à organização do curso de vida em diferentes domínios de atividade (nível individual). No nível individual, a multidimensionalidade refere-se aos vários domínios de vida D nos quais os indivíduos estão envolvidos. Em nível supraindividual, esses domínios correspondem, em grande parte, a diferentes subsistemas das sociedades. Esses subsistemas seguem lógicas de objetivos, buscas e cronogramas diferentes e até mesmo, incompatíveis. Essas diferenças podem criar contradições nos esforços de planejamento de vida dos indivíduos. No nível interno ao indivíduo, a multidimensionalidade refere-se a diferentes campos de disposições e dimensões do funcionamento psicofisiológico que, por sua vez, devem ser compreendidos em

relação aos vários domínios da ação individual (*Ibidem*). Nesse ponto, pesquisas sobre a integração pós-migração podem ser bastante reveladores.

A conexão entre a interdependência relacionada ao tempo e os múltiplos domínios refere-se ao fato de que as atividades em um domínio da vida são influenciadas por atividades anteriores em outro domínio da vida e vice-versa. Ao mesmo tempo, elas afetam ações futuras em qualquer domínio da vida. Esses efeitos entre domínios podem ser de apoio ou de competição em relação aos recursos que podem ser necessários no futuro.

Em relação aos resultados, podemos observar que as ações em um aspecto da vida podem influenciar outros, seja de forma positiva ou negativa. Por exemplo, investir em sucesso profissional pode significar menos tempo para a vida familiar, mas ao mesmo tempo, um emprego estável pode ser visto como necessário para sustentar uma família. Existem também diferenças na forma como diferentes áreas da vida são reguladas. Enquanto algumas decisões são influenciadas por normas sociais, outras são mais flexíveis e dependem das escolhas individuais. Essas diferenças nas regras e expectativas podem criar conflitos para as pessoas e famílias, pois tentam equilibrar e integrar diferentes aspectos de suas vidas (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2018).

Assim, as três interdependências de segunda ordem já são altamente complexas, como visto. No entanto, existem ainda interdependências de terceira ordem que conectam a interdependência relacionada ao tempo, a interdependência entre os domínios da vida e a estrutura multinível (primeira ordem $1*2*3$). Isso significa entender como essas interdependências funcionam em conjunto. Por exemplo, devemos considerar aspectos de predeterminação do passado e possíveis resultados de atividades individuais, processos econômicos ou políticos ou regulamentações institucionais no futuro. A consideração das interdependências de terceira ordem implica, por exemplo, que os padrões de combinação de atividades em diferentes domínios da vida (como trabalho e família) ao longo do tempo (ordem 2) não podem ser compreendidos sem que se reconheça a relevância das expectativas dos atores para o futuro (ordem 1), dadas suas experiências passadas (ordem 1) e as oportunidades, restrições e composição de ambientes socioestruturais e institucionais específicos (ordem 3) (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2018).

As três interdependências de primeira ordem têm fortes efeitos umas sobre as outras. Portanto, acredita-se que representação tridimensional dos processos do curso de vida no cubo é particularmente adequada para abordar questões demográficas. Para Bernardi, Huinink e Settersten Jr. (2020b), o cubo amplia a análise de idade/período/coorte ao abordar as interdependências temporais e ao considerar que múltiplos e distintos futuros previstos coexistem no presente, seja em vários domínios da vida ou em diferentes níveis. Assim, como uma ferramenta heurística, o cubo apoia uma teoria dinâmica de mudança demográfica que resulta das interações de ações intencionais dos indivíduos, dentro dos contextos multidimensionais e multiníveis de um curso de vida situado em um passado, presente e futuro pessoal.

Compreende-se que o curso de vida é um processo multifacetado de comportamento individual, que evolui a partir do fluxo constante das ações e experiências de um indivíduo, que modificam seu estado biográfico (Bernardi, Huinink & Settersten Jr., 2018). Portanto, em análises empíricas que partam dessa abordagem, é importante levar em conta a dinâmica "não linear" do comportamento individual ao longo do tempo (ou seja, ser multidirecional) e, ao mesmo tempo, diferenciar a ação entre os domínios da vida (ou seja, ser multidimensional). Similarmente, a literatura já evidenciou que a mobilidade populacional também é um fenômeno multifacetado e multinível. Assim sendo, acredita-se que a utilização desse modelo como orientador da análise pode gerar informações proveitosas para ambos os campos de estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do conceito de Wingens et al. (2011, p. 2-3), este artigo buscou investigar como a literatura tem avançado, teórica e metodologicamente, no sentido dessa abordagem do “curso de vida das migrações”. Adicionalmente, o artigo explorou como a perspectiva sociológica do curso de vida pode enriquecer a pesquisa sobre mobilidade populacional, destacando a complexidade das migrações e sua interseção com diversas questões sociais.

Conclui-se que a perspectiva sociológica do curso de vida sobre mobilidades pode auxiliar na compreensão da fluidez dos processos sociais em meio a inúmeros fatores relacionados à mobilidade populacional, como tomada de decisão, o papel das redes sociais, políticas e integração etc. Identificou-se também que os contextos socioespaciais da vida das pessoas afetam o tempo, a frequência, a continuidade e os significados associados à mobilidade. Portanto, a migração é melhor conceituada quando as associações são feitas ao longo do tempo-espaço em relação às estruturas que governam as principais práticas sociais.

A literatura revisada informou acerca da necessidade de reconhecer a importância de manter simultaneamente em vista os movimentos ao longo da vida e outros fatores de mobilidade ligados ao tempo, desde processos econômicos cíclicos de curto prazo até mudanças de longo prazo nas normas culturais. Sobre essa última, é fundamental considerações estruturais e de linguagem. Tais questões já muito estudadas em pesquisas sobre mobilidade se cruzam com outros fatores como classe, raça e escolaridade, que por sua vez, podem ser melhor descritos em constante interação com a migração quando consideramos os aspectos de *linked lives*, papéis e trajetórias, por exemplo. Pois é necessário se atentar a dinâmica macro-micro. Fatores relacionados a ambos os níveis podem afetar as formas pelas quais um migrante é acolhido, sua capacidade de migrar ou as redes as quais ele tem acesso, para ilustrar.

Metodologicamente, é fundamental compreender como eventos e processos que operam em uma arena interagem com outros impulsionadores de mudança. O desafio é operacionalizar os conceitos e perspectivas aqui discutidos e explorar novas oportunidades com os dados disponíveis, de forma a permitir uma análise significativa da mobilidade nos cursos de vida, atentando-se, especialmente, as mudanças nos cursos de vida e em seus percursos mais complexos, social e espacialmente diferenciados nas sociedades contemporâneas. Em particular, argumenta-se sobre a necessidade de expansão de pesquisas nesse sentido nos países em desenvolvimento e de renda baixa, pois os dados são ainda mais escassos nesses locais. Uma opção para obter uma compreensão mais profunda dos múltiplos significados e impulsionadores da mobilidade nesse tipo de contexto é explorar a abordagem do curso de vida por meio do uso de métodos biográficos.

O modelo do Cubo do Curso de Vida proposto por Bernardi, Huinink & Settersten Jr. (2018, 2000a, 2000b), considerado como um orientador das complexidades envolvidas nesse processo, mostra-se como um avanço metodológico importante. Acredita-se que esse modelo pode servir não exclusivamente ao objetivo proposto pelos autores, mas também para orientar análises sobre mobilidade populacional, tendo em vista que esta última também é um fenômeno multifacetado e multinível, que tem profunda ligação com o curso de vida.

REFERÊNCIAS

- BACCAÏNI, B.; COURGEAU, D. (1996). The spatial mobility of two generations of young adults in Norway, **International Journal of Population Geography**, 2: 333–359.
- BAILEY, A.; MULDER, C. H. (2017). Highly skilled migration between the Global North and South: gender, life courses and institutions. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 43(1), pp. 1-15.
- BERNARDI, L.; HUININK, J.; SETTERSTEN JR., R. A. (2020a) Linking demographic change and the lifecourse: insights from the “life course cube”. In: FALKINGHAM, J.; EVANDROU, M.; VLACHANTONI, A. **Handbook on Demographic Change and the Lifecourse**. (7-21). Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- BERNARDI, L.; HUININK, J.; SETTERSTEN JR., R. A. (2020b) The life course cube, reconsidered. **Advances in Life Course Research**, 45-100357.
- BERNARDI, L.; HUININK, J.; SETTERSTEN JR., R. A. (2018) The life course cube: A tool for studying lives. **Advances in Life Course Research**, S1040-2608(18)30185-0.
- BIELBY, W. T.; BIELBY, D. D. (1992). I Will Follow Him: Family ties, gender-roles beliefs, and reluctance to relocate for a better job. *American Journal of Sociology*, 97(5), 1241–1267.
- BILSBORROW, R. E. (2016) Concepts, definitions, and data collection approaches. In: WHITE, M. J. (Ed.). **International handbook of migration and population distribution**. (pp. 109-156). New York, Springer.
- BOYLE, P.; COOKE, T.; HALFACREE, K.; SMITH, D. (2003). The effect of long-distance family migration and motherhood on partnered women’s labour market activity rates in GB and the US. **Environment and Planning A** 35: 2097–2114.
- CASTLES, S.; MILLER, M. J. (2009). **The Age of Migration**. 4 Ed., New York: Palgrave Macmillan.
- CLARK, W. A. V., HUANG, Y.; WITHERS, S. (2003). Does commuting distance matter? Commuting tolerance and residential change. **Regional Science and Urban Economics** 33, 199– 221.
- CLARK, W. A. V.; WITHERS, S. D. (2007). Family migration and mobility sequences in the United States: Spatial mobility in the context of the life course, **Demographic Research** 17(20): 591–622.
- CLAUSEN, J. (1995). Gender, contexts, and turning points in adults’ lives. In: MOEN, P.; ELDER, G.; LÜSCHER, K. (Eds.) **Examining lives in context** (pp. 365–389). Washington, DC: American Psychological Association.
- COLEMAN, D. A. (1994). Trends in fertility and intermarriage among immigrant populations in Western Europe as measures of integration. **Journal of Biosocial Science**, 26, pp. 107–123.

COULTER, R.; SCOTT, J. (2015). What motivates residential mobility? Re-examining self-reported reasons for desiring and making residential moves. **Population, Space and Place** 21(4), pp. 354–71.

COURGEAU, D. (1985). Interaction between spatial mobility, family and career life-cycle: a French survey, **European Sociological Review** 1(2): 139–162.

COURGEAU, D. (1989). Family formation and urbanization, **Population: An English Selection** 44(1): 123–146.

DE HAAS, H. (2011) The determinants of international migration: Conceptualising policy, origin and destination effects. **Oxford Department of International Development, IMI Working Papers**, No. 32.

DOMMERMUTH, L.; KLÜSENER, S. (2017). Formation and realisation of moving intentions across the adult life course. **Population, Space and Place** 25(5), pp. 1–24.

EDMONSTON, B. (2013) Lifecourse perspectives on immigration. **Canadian Studies in Population**, v. 40, n. 1, pp.1-8.

ELDER, G. H. J.; JOHNSON, M.; CROSNOE, R. (2003). The emergence and development of life course theory. In: MORTIMER, J.; SHANAHAN, M. (Eds.) **Handbook of the life course** (pp. 3–19). New York: Kluwer/Plenum Publishers.

ELDER, G. H. J. (1985). **Life Course Dynamics**. Trajectories and Transitions, 1968–1980. Ithaca, NY: Cornell University Press.

ELDER, G. H. J. (1994), Time, human agency, and social change: perspectives on the life course, **Social Psychology Quarterly**, 57 (1), 4–15.

ERLINGHAGEN, M. (2021) The transnational life course: an integrated and unified theoretical concept for migration research. **Ethnic and Racial Studies**, v. 44, n.8, pp. 1337-1364.

FEIJTEN, P.; VAN HAM, M. (2007). Residential mobility and migration of the divorced and separated, **Demographic Research** 17(21): 623–654.

FINDLAY, A.; MCCOLLUM, D.; COULTER, R.; GAYLE, V. (2015). New mobilities across the life course: a framework for analysing demographically linked drivers of migration. **Population, Space and Place** 21(4), 390–402.

FINDLAY, A.; LI, F. L. N. (1997). An auto-biographical approach to understanding migration: the case of Hong Kong emigrants. **Area**, 29(1), 34–44.

HOGAN, D. P.; GOLDSCHIEDER, F. K. (2003). Success and Challenge in Demographic Studies of Life Course. In: Mortimer, J. T.; Shanahan, M. J. (Eds.) **Handbook of the Life Course**. Springer.

HONDAGNEU-SOTELO, P. (2000). **Feminism and Migration**. *Annals, AAPSS* 571: 107–19.

HONDAGNEU-SOTELO, P. (2003). **Gender and U.S. Immigration: Contemporary Trends**. Berkeley, CA: University of California Press.

HUTCHISON, E. D. (2005). The Life Course Perspective: A Promising Approach for Bridging the Micro and Macro Worlds for Social Workers. **The Journal of Contemporary Social Services**, v.86, n.1.

JASSO, G. (2003) Migration, Human Development, and the Life Course. In: In: MORTIMER, J.; SHANAHAN, M. (Eds.) **Handbook of the life course** (pp. 331-368). New York: Kluwer/Plenum Publishers.

KAGITCIBASI, C. (2005). Autonomy and relatedness in cultural context. Implications for self and family. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, 36, 403–422.

KOFMAN, E. (2014). Towards a Gendered Evaluation of (Highly) Skilled Immigration Policies in Europe. **International Migration**, 52 (3): 116–128.

KÕU, A.; VAN WISSEN, L.; VAN DIJK, J.; BAILEY, A. (2015). A life course approach to high skilled migration: lived experiences of Indians in the Netherlands. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 41(10), 1644–63.

KULU, H.; MILEWSKI, N. (2007). Family change and migration in the life course: An introduction. **Demographic Research**, v. 17, n. 19, p. 567-590.

LINDGREN, U. (2003). Who is the counter-urban mover? Evidence from the Swedish urban system, **International Journal of Population Geography**, 9: 399–418.

MACMILLAN, R.; COPTER, R. (2005) Families in the Life Course: Interdependency of Roles, Role Configurations, and Pathways. **Journal of Marriage and Family**, Vol. 67, No. 4, pp. 858-879.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. (1993). Theories of International Migration: a Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, set/1993, p. 431-466.

MCCOLLUM, D.; KEENAN, K.; FINDLAY, A. (2020) The case for a lifecourse perspective on mobility and migration research. In: FALKINGHAM, J.; EVANDROU, M.; VLACHANTONI, A. **Handbook on Demographic Change and the Lifecourse**. (200-212). Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.

MULDER, C. H. (2018). Putting family centre stage: ties to nonresident family, internal migration, and immobility. **Demographic Research**, 39, 1151–80.

MULDER, C. H.; WAGNER, M. (1993) Migration and marriage in the life course: a method for studying synchronized events. **European Journal of Population**, v. 9, p. 55-76.

ONU (1972). Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna: excertos do Manual VI da ONU. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 313-353.

- PLUMMER, K. (2001). **Documents of Life 2: An Invitation to a Critical Humanism**. London: Sage.
- RYAN, L. (2007). Migrant women, social networks and motherhood: the experiences of Irish nurses in Britain. **Sociology**, 41(2), 295–312.
- SABHARWAL, M.; VARMA, R. (2016). Return Migration to India: Decision-Making Among Academic Engineers and Scientists. **International Migration** 54 (4): 177–190.
- SHAUMAN, K.A. (2010). Gender asymmetry in family migration: Occupational inequality or interspousal comparative advantage? **Journal of Marriage and Family**, 72, 375–392.
- SIEGEL, J. S.; SWANSON, D. A. (2004). **The methods and materials of demography**. Elsevier Academic Press. California, United Nations.
- SPEARE, JR., A.; GOLDSCHIEDER, F. K. (1987). Effects of marital status change on residential mobility, **Journal of Marriage and the Family** 49(2): 455–464.
- STARK, O.; BLOM, D. E. (1985). The New Economics of Labor Migration. **American Economic Review**, 75:173-78.
- TAYLOR, J. E. (1999). The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process. **International Migration**, 37(1): 63–88.
- WINGENS, M.; WINDZIO, M.; DE VALK, H., AYBEK, C. (2011) The Sociological Life Course Approach and Research on Migration and Integration. In: WINGENS, M.; WINDZIO, M.; DE VALK, H., AYBEK, C. (Eds.) **A Life-Course Perspective on Migration and Integration** (pp. 1-26). London: Springer.
- WHITE, M.; JOHNSON, C. (2016). Perspectives on migration theory: sociology and political science. In: WHITE, M. (Ed.) **International handbook of migration and population distribution**. (pp. 69-90). New York NY, Springer.